



A PRÁTICA PSICOPEDAGÓGICA EM ABRIGOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES¹

Elisandra Silveira Raupp²

Aline Accorssi³

RESUMO

Os procedimentos para o atendimento psicopedagógico são múltiplos e devem ser utilizados conforme a demanda apresentada ou o objetivo traçado. Nesse sentido, o presente artigo procura discutir desafios e possibilidades que Psicopedagogos(as) podem encontrar em abrigos para crianças e adolescentes. Para isso, reflete sobre algumas das práticas frequentemente utilizadas no atendimento de crianças e adolescentes, tais como: a entrevista inicial, a anamnese, o exame do caderno e do material escolar, a hora do jogo, as provas projetivas e a devolução, relacionando tal reflexão com a realidade vivenciada nos abrigos. Apesar de existirem certas limitações na realização de tais práticas nas situações de abrigagem, em especial no que se refere às poucas informações de vida e a não proximidade com a família do paciente, conclui-se que o(a) profissional de psicopedagogia pode contribuir significativamente para o auxílio das dificuldades de aprendizagem da criança e adolescente institucionalizado, desde que esteja aberto e disposto a repensar e adequar sua prática a partir do contexto sócio cultural em que está inserido.

Palavras Chave: Psicopedagogia; Acolhimento institucional; Abrigos para crianças e adolescentes.

PSYCHOPEDAGOGICAL PRACTICE IN SHELTERS FOR CHILDREN AND ADOLESCENTS

ABSTRACT

The procedures for psychopedagogic care are multiple and must be used as the existing demand or the goal that was set out. Therefore, this paper seeks to discuss the challenges and possibilities that psychopedagogy professionals can find in shelters for children and adolescents. Thereunto, it tries to reflect on some practices commonly used in children and adolescents care, such as the initial interview, the anamnesis, the examination of the notebook and school supplies, game time, projective tests and the results, in order to relate this reflection to the reality experienced in the shelters. Although there are certain limitations on the practical realization of the shelter experience, particularly regarding to the limited life information and because there is no proximity with the patient's family, that the findings pointed the professional of psychopedagogogy can contribute significantly to help institutionalized children and adolescents to deal with their learning difficulties if he or she is open and willing to think about and adapt his-her practice considering the socio-cultural context in which he-she is inside.

Keywords: Psychopedagogy; Institutional Welcoming; Shelters for children and adolescents.

LA PRÁCTICA PSICOPEDAGÓGICA EN ABRIGOS PARA NIÑOS Y ADOLESCENTES

¹ Uma versão preliminar deste trabalho foi publicada na Revista Psicopedagogia Online em 2015, disponível em: http://www.psicopedagogia.com.br/new1_artigo.asp?entrid=1849

² Psicopedagoga pelo Centro Universitário La Salle, Canoas/RS (UNILASALLE). E-mail: elisandra.silveira.raupp@gmail.com

³ Psicóloga, Doutora em Psicologia. Professora no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle, Canoas/RS (UNILASALLE). E-mail: aline.accorssi@unilasalle.edu.br

RESUMEN

Los procedimientos para atendimento psicopedagógico son múltiples y deben ser realizados de acuerdo con la demanda presentada o el objetivo trazado. En ese sentido, el artículo procura discutir desafíos y posibilidades que Psicopedagogos(as) pueden encontrar en abrigos para niños y adolescentes. Para ello, hace una reflexión sobre algunas de las prácticas frecuentemente utilizadas en el atendimento de niños y adolescentes, tales como la entrevista inicial, el anamnesis, el examen del cuaderno y del material escolar, la hora del juego, las pruebas proyectivas y la devolución, relacionando tal reflexión con la realidad vivida en los abrigos. A pesar de existir ciertas limitaciones en la realización de tales prácticas en situaciones en abrigos, en especial en el que se refiere con las pocas informaciones de vida y la falta proximidad con la familia del paciente, se concluye que el(la) profesional de psicopedagogía puede contribuir significativamente para el auxilio de dificultades de aprendizaje del niño y adolescente institucionalizado, desde que este sea abierto y dispuesto a repensar y adecuar su práctica desde el contexto sociocultural en que está insertado.

Palabras-clave: Psicopedagogía; Acogida institucional; Abrigos para niños y adolescentes.

INTRODUÇÃO

A prática psicopedagógica em instituições de abrigagem para crianças e adolescentes é bastante delicada e carece de mais pesquisas que reflitam sobre o cotidiano vivenciado pelos usuários(as), bem como sobre a estrutura técnica e profissional que pode colaborar com seu desenvolvimento psicossocial. É nesse sentido que a reflexão no presente artigo pretende contribuir.

O abandono, a violência física e mental, a vulnerabilidade social decorrente da pobreza e da privação e/ou a negligência sofrida pela criança e pelo adolescente são fatores que, com frequência, contribuem para sua institucionalização. Cada sujeito institucionalizado leva consigo uma bagagem única e, normalmente, permeada de sofrimento em decorrência de vivências traumática no seio familiar. Além disso, o próprio processo de retirada da família e subsequente institucionalização já representa um desgaste emocional que também pode contribuir para afetar a capacidade de aprendizagem e inserção do sujeito ao meio. Importante destacar que não defendemos um modelo de identidade, tratado por algumas concepções psicológicas como *o normal* ou *o esperado para faixa etária específica* (AYRES, et al., 2010). Nossa intenção é alertar para o fato de que, dentro da particularidade de cada sujeito, algumas vivências podem se tornar traumáticas e, portanto, merecem a nossa atenção no sentido de possibilitar espaços de cuidado e acolhimento a tais demandas.

Nesse sentido, os(as) funcionários(as) dos abrigos, por estarem em contato direto com crianças e adolescentes institucionalizados, podem exercer influências que venham a potencializar (ou não) as capacidades do sujeito. Atualmente, tais funcionários(as) estão comprometidos em assegurar alimentação, segurança e higiene a seus abrigados, assim como o encaminhamento à escola e atividades extracurriculares. Eles(as) cumprem a tarefa de realizar procedimentos técnico-jurídicos, que visam à reabilitação da família das crianças e adolescentes institucionalizados. Essa demanda cotidiana, cuja obrigatoriedade é prevista em lei, exige da equipe (colaboradores do abrigo) um grande esforço e, muitas vezes, o olhar individual, a escuta, o vínculo e a troca, acabam não tendo a prioridade que deveriam. Nesse momento, surge o(a) psicopedagogo(a), não apenas como mero agente de apoio, executor de tarefas mecânicas, mas realizando a mediação do(a) abrigado(a) com os demais moradores da casa, área técnica, educadores e escola. Também, de certa forma, este(a) profissional pode ser responsável por organizar e distribuir os procedimentos que garantirão a qualidade do trabalho com o público atendido.

A Psicopedagogia é um campo em expansão, e estratégias que diversifiquem suas práticas são bem-vindas. Em especial, existe uma demanda significativa de crianças e adolescentes em situação de risco. Esse público específico pode ser beneficiado pelo atendimento psicopedagógico em conjunto com os demais profissionais atuantes na instituição. Contudo, é fundamental refletirmos acerca da prática desenvolvida para não repetirmos ações de “ortopedia do comportamento”, ou seja, ações que visem à “correção e a adaptação social normalizadora” (BENELLI, 2013, p.3).

Por ser um campo que agrega diferentes áreas do conhecimento, ou seja, intrinsecamente interdisciplinar, a Psicopedagogia pode possibilitar uma visão global das necessidades dos sujeitos. No entanto, cada instituição tem suas características, e é preciso que o(a) profissional responsável esteja habilitado para identificar as necessidades de adaptação ou não das técnicas e procedimentos psicopedagógicos tradicionais.

Compreendemos que cada sujeito necessita de um tipo de atendimento diferenciado, em consonância às demandas apresentadas. O mesmo ocorre com crianças e adolescentes institucionalizados. Cada realidade, vivência e sentimentos precisam ser avaliados como únicos, de modo que o plano de intervenção possa não homogeneizar o que

naturalmente é heterogêneo. As pessoas têm necessidades diferenciadas, alguns apresentam deficiência intelectual, dislexia, etc. Outros, o sofrimento decorrente de certas vivências, que pode aprisionar a capacidade do sujeito se desenvolver. O olhar lançado sobre esse público tão heterogêneo acaba sendo homogeneizador, na medida em que não oferece oportunidades para a reformulação simbólica de suas experiências e o acesso a práticas que permitam a expressão de suas emoções.

Os recursos disponíveis na avaliação e intervenção psicopedagógica mostram-se favoráveis nesse cenário, podendo proporcionar, à criança e ao adolescente em situação de risco, amparo e acompanhamento nesse momento de vida turbulenta que se encontra. Desta maneira, a prática psicopedagógica torna-se não apenas relevante, também imprescindível.

A partir destes apontamentos, uma questão é vislumbrada: a prática psicopedagógica deve ser a mesma, independentemente do contexto que a criança ou adolescente está inserido? O campo de atuação em abrigos para crianças e adolescentes é amplo. Existe uma demanda, por parte dos sujeitos em situação de risco, que pode ser absorvida por atendimentos psicopedagógicos, tanto de maneira institucional, atendendo o grupo, como no enfoque clínico, atuando individualmente na subjetividade de cada paciente. Contudo, é fundamental lançar um olhar crítico sobre como a prática tradicional desse campo, o psicopedagógico, intervém.

É sobre essa temática – identificação de procedimentos e técnicas adequados para utilização em abrigos para crianças e adolescentes em situação de risco – que este trabalho se debruça. O objetivo é refletir sobre quais são os desafios e possibilidades da prática psicopedagógica em abrigos para crianças e adolescentes onde o(a) profissional de Psicopedagogia ainda tem pouca inserção.

CONTEXTO DE ABRIGO E INSTITUIÇÃO

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária (2006) aponta que todas as entidades que desenvolvem programas de Abrigo Institucional devem prestar plena assistência à

criança e ao adolescente, oferecendo-lhes acolhida, cuidado e espaço para socialização e desenvolvimento.

O Artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) prevê que toda criança e adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias de entorpecentes. Quando a segurança da criança não está garantida, o Estado intervém, por meio da ação do Juiz da Vara da Infância e da Juventude ou pelo Conselho Tutelar da cidade, iniciando o processo de institucionalização das vítimas, de acordo com o Manual de Orientações dos Abrigos para Crianças e Adolescentes (2008, p.6).

Nesse processo, a Art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente elucida que é necessário que se adote alguns princípios, entre eles: a preservação dos vínculos familiares; integração em família substituta (quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem); atendimento personalizado e em pequenos grupos; desenvolvimento de atividades em regime de coeducação; não desmembramento de grupos de irmãos; não realização, sempre que possível, de transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; participação na vida da comunidade local; preparação gradativa para o desligamento; participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Como se pode ver, o bem estar da criança e do adolescente que se encontra em uma casa abrigo está previsto em lei, propondo a garantia de que no período da sua institucionalização, eles recebam toda a assistência necessária. Esta legislação procura assegurar às crianças e adolescentes abrigados, aquilo que lhes foi negado ou negligenciado no ambiente familiar.

Existem diversos tipos de abrigos. De maneira geral, quando uma criança ou adolescente é encaminhado(a) para este tipo de instituição, é realizado um trabalho em paralelo, objetivando a recuperação do contato com a família e criando possibilidades de retorno para o núcleo familiar primário.

De acordo com o Manual de Orientações dos Abrigos para Crianças e Adolescentes (2008, p.10), as ações que devem ser desenvolvidas na entidade de abrigo são as seguintes:

- acolher crianças e adolescentes, conforme decisão judicial ou do Conselho Tutelar. Nessa última hipótese, o abrigo deve ser comunicado ao Juiz da Vara da Infância e da Juventude;
- tratar o abrigado pelo nome, evitando comentários depreciativos;
- apresentar a moradia, os novos companheiros e as pessoas com as quais o abrigado passará a conviver;
- assegurar a integridade física dos abrigados;
- oferecer instalações físicas adequadas, em condições de higiene, habitabilidade e segurança;
- garantir assistência médica, psicológica, odontológica, farmacêutica e outras aos abrigados;
- garantir o encaminhamento à educação infantil, ao ensino fundamental, médio e à profissionalização;
- garantir acesso à cultura e ao lazer, mediante participação do abrigado em atividades da comunidade local;
- proporcionar alimentação balanceada, em quantidade suficiente, e preparada de acordo com as necessidades de cada faixa etária. A manipulação, o preparo e a estocagem dos alimentos devem ser realizados em local apropriado e em observância às condições de higiene, temperatura, ventilação, segurança, iluminação e organização;
- oferecer vestuário em bom estado de conservação, limpo e adequado à faixa etária e ao clima. Roupas de cama e banho devem atender aos mesmos critérios;
- viabilizar documentação necessária àqueles que não a tiverem;
- apresentar plano de trabalho compatível com os princípios preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;
- manter os registros atualizados da entidade e dos abrigados;
- elaborar e remeter, periodicamente, relatório técnico de cada caso à Vara da Infância e da Juventude;
- preparar crianças e adolescentes para o processo de desligamento;
- acompanhar egressos;

- dar ênfase dentre as ações propostas no plano de trabalho, àquelas que visem à reintegração familiar. Essas ações envolvem estudo psicossocial do caso; visitas domiciliares, formação de grupos interativos, encaminhamentos a programas da comunidade, acompanhamento após a reintegração (apoio terapêutico, subsídios, bolsa de estudos etc.).

Este trabalho de reintegração visa ao reinvestimento da família na criança. É preciso que os esforços se dirijam à família, potencializando-a para receber a criança. Aliás, quem está abrigado, dificilmente aceita bem essa condição. Muitas vezes, prefere estar com a família primária – ainda que tenha sido vítima de maus tratos por parte dela. O afastamento de pais e amigos pode ser visto como pior do que a situação de violência e/ou negligência. Nesse sentido, algumas emoções podem ser percebidas, como: o sentimento de abandono, o medo de estar cercado de pessoas desconhecidas e a ansiedade frente ao futuro incerto. Essas reações ilustram o histórico de violência física, moral e sexual trazidos por esses sujeitos. Na maior parte das vezes, essa tensão é descarregada pela criança, manifestando-se pelo sentimento de desconfiança e revolta, sendo esses comportamentos repetidos por ela inclusive dentro do próprio grupo de convivência.

PRÁTICAS PSICOPEDAGÓGICAS

O atendimento psicopedagógico pode ser tanto institucional quanto clínico. Em abrigos, ele pode estar voltado tanto para a organização como um todo, quanto para a individualidade, atendendo a demanda das crianças ou adolescentes. Relacionado aos procedimentos descritos como clínico ou institucional, Visca (1991) comenta que na escola se faz Psicopedagogia Clínica, assim como na comunidade. Nesses ambientes, pretende-se perceber aquele(s) paciente em questão, diagnosticá-los, e trabalhar psicopedagogicamente - num grupo ou comunidade, proporcionando-lhe(s) aceitação.

Em abrigos, nota-se a ausência de muitas informações para a prática psicopedagógica em sua totalidade. Cada passo da avaliação e intervenção, tradicionalmente, está relacionado com informações e relações familiares, o que no caso de crianças abrigadas, representa uma lacuna considerável.

Múltiplos são os procedimentos para o atendimento psicopedagógico. Eles não são fixos, variam a partir de cada profissional, de acordo com o contexto que a criança ou adolescente está envolvida. A partir desse contexto, apresentaremos as práticas tradicionais mais utilizadas, relacionando-as com sua possível aplicação em abrigos, identificando os desafios que se apresentam e/ou salientando seus benefícios e as vantagens que trazem quando se mostram exequíveis.

Entrevista inicial

No atendimento psicopedagógico, a entrevista inicial é o primeiro contato entre o terapeuta e seus familiares e, nesse momento, é relatado o motivo da procura pelo(a) profissional (CHAMAT, 2004). É a oportunidade da família ou do próprio paciente de relatar suas dificuldades, exemplificando com fatos ocorridos, e expressar suas principais dúvidas e angústias. Trata-se do primeiro contato entre profissional e paciente. Fernandez (2100) nos alerta de que nesse momento o(a) profissional, realizando a entrevista, deve estar atento para as palavras pronunciadas, quem as diz e porque dizem, ou seja, deve-se estar atento aos detalhes que revelam o que está acontecendo. Isso gerará uma boa descrição da problemática que preocupa os pais e a verificação da sintomatologia. Tanto a queixa trazida pela família quanto a forma como é trazida são fundamentais para desenvolver uma descrição adequada a um bom encaminhamento do caso.

Paín (1985, p. 36) se refere a esse primeiro momento do atendimento psicopedagógico como “motivo da consulta”, no qual é considerada inclusive a via através da qual o paciente chegou até o(a) profissional – se foi iniciativa pessoal (incluindo indicação direta de outra pessoa com algum problema semelhante ao seu), ou encaminhamento por uma professora, médico ou assistente social. Esse conhecimento se torna útil no momento de esclarecer, logo no início, o tipo de vínculo que o paciente pretende estabelecer.

Desde este primeiro passo, podemos identificar a diferença nos casos de atendimento em abrigos. O(a) psicopedagogo(a), nas instituições observadas, atua de forma diferente daquilo que expusemos anteriormente. O atendimento normalmente é requisitado em duas circunstâncias: ou pela Direção do abrigo, informando dificuldades específicas de

determinados abrigados, ou de maneira preventiva, assim que a institucionalização ocorre, identificando se a criança ou adolescente apresenta alguma dificuldade de aprendizagem. Havendo tais dificuldades, poderá encaminhar para reforço escolar, junto à equipe pedagógica da instituição, orientando o estímulo a atividades escolares e, em caso de uma necessidade de intervenção específica, o psicopedagogo pode dar continuidade à avaliação psicopedagógica, prosseguindo com a anamnese.

A entrevista inicial, portanto, representa a oportunidade do(a) psicopedagogo(a) ir estabelecendo vínculos com os(as) internos(as) e coletando informações fundamentais para o encaminhamento de cada caso. Contudo, na prática analisada, a forma como a entrevista inicial normalmente é realizada nos abrigos, tende a resultar em diagnósticos apressados e superficiais, pois pouco se considera as especificidades de cada indivíduo.

Acredita-se que o convívio pode proporcionar um vínculo com as crianças e adolescentes que estão abrigados. O acompanhamento frequente dos sujeitos representa que alguém se preocupa com eles e, dessa maneira, contribui para o resgate da sua autoestima.

Anamnese

Conforme Chamat (2004, p.81), a anamnese pode ser aplicada em diferentes momentos, dependendo da escolha dos instrumentos iniciais para o diagnóstico em questão; é possível que ocorra logo após a Entrevista Inicial, depois um contato com o paciente, depois da Hora do Jogo, ou outros. As informações recebidas nesse momento estarão contaminadas pela percepção dos pais, e o(a) profissional deve ter isso em mente, para criar sua própria percepção do paciente e do contexto.

Para Paín (1985, p. 42), esse momento é nomeado como “História de Vida”, no qual a mãe estará votada à reconstrução da história da criança. Sugere-se que esse momento ocorra após o(a) profissional conhecer um pouco o paciente, através de algumas técnicas como a Hora do Jogo, ou outras provas psicométricas. Isso para que o questionamento se volte para áreas relevantes investigadas anteriormente, tais como o

estágio cognitivo da criança. Nesse momento se questiona como foi a gestação, se a gravidez foi planejada, entre outras circunstâncias relacionadas à relação entre a mãe e a criança.

Esta etapa da avaliação é de extrema importância para a continuidade do atendimento e, em abrigos, é o item com maior deficiência, pois as informações não chegam completas. Informações ricas em significado e importância, como a programação ou não da maternidade, substâncias consumidas durante a gestação, primeiros acontecimentos após o nascimento, tempo de amamentação, entre tantos outros itens igualmente relevantes para a avaliação psicopedagógica, na maioria dos casos, são nulas.

O(a) profissional, por sua vez, precisa basear-se no parco material disponível e, apenas quando possível, contar com o apoio da equipe técnica (assistente social, conselheiros tutelares, psicólogos envolvidos). Seria fundamental que todos se auxiliassem para investigar junto os contatos familiares, conhecidos ou vizinhos, informações que podem moldar o perfil do paciente de maneira rigorosa. Mas a equipe de apoio muitas vezes está envolvida em outras atividades que a sobrecarregam e a tiram do foco em um atendimento mais personalizado.

Considerando a ausência de diversas informações sobre as crianças e adolescentes que estão institucionalizados, podemos refletir também sobre como a ausência da sua própria história de vida pode interferir em suas relações interpessoais. Como encontrar um lugar na sociedade se estes sujeitos não conhecem seus lugares em suas próprias histórias de vida? Como vislumbrar um futuro se não têm acesso às informações do seu passado?

Aqui identificamos uma conduta diferenciada da prática tradicional em relação à prática da Psicopedagogia em abrigos. Uma anamnese bem-feita, com informações detalhadas pode explicitar, quase que em sua totalidade, o diagnóstico do sujeito em questão. Nesse sentido, esta etapa deve ser adaptada à realidade da instituição, de forma que se possa extrair a maior quantidade possível de informações.

Exame do Caderno e Material Escolar

O “Exame do Caderno” é um item importante porque é possível identificar alguns aspectos, gerais e específicos, relacionados à estruturação, identidade e aprendizagem do sujeito (CHAMAT, 2004, p.227). E, mais, o caderno nos permite observar a identificação do sujeito com seu instrumento de trabalho, notando-se, nesse aspecto, a relação vincular do sujeito com seu instrumento de conhecimento.

De acordo com Bossa (1994) a problemática da aprendizagem se dá em uma espécie de código secreto, quase sempre desconhecido pelo próprio sujeito, resultado da articulação de sua história e de suas relações e que, em uma circunstância específica, se constitui num sintoma. Com o olhar e a escuta psicopedagógica voltada para a análise do caderno e material escolar como um todo – ao adotar uma postura crítica, o(a) profissional buscará a causa do sintoma – é possível identificar os motivos que desencadearam a dificuldade de aprendizagem, e assim procurar identificar também como se constitui o sujeito, como este se transforma em suas etapas da vida, como produz conhecimento e como aprende.

Essa é também uma etapa subutilizada quando se trata de crianças abrigadas. Muitas vezes a criança ou o adolescente que está ingressando na instituição está sendo negligenciada inclusive no direcionamento escolar, mas não traz isso como queixa inicial. Contudo, se o paciente possuir algum registro escolar, o psicopedagogo já terá a sua disposição um rico material de avaliação para as primeiras impressões sobre o respectivo sujeito.

Com a institucionalização, a criança e/ou o adolescente são incentivados a se manterem matriculados e frequentadores das suas instituições de ensino. Essa avaliação, portanto, pode se mostrar aplicável em abrigos. Inclusive, quando não há registros (nos cadernos), é interessante questionarmos os profissionais envolvidos no atendimento desse paciente, de modo que nos ofereçam informações sobre o comportamento em sala de aula, o que auxilia na composição da problemática a ser investigada.

Nem sempre estas informações são acessadas, ou mesmo, percebidas ou consideradas relevantes. Quando são, não se faz o devido uso delas, ou por não se ter a técnica e/ou o conhecimento ou, em alguns casos, não haver interesse em aprofundar a compreensão de cada caso particular. Mais uma vez, nesse momento o(a) profissional da

Psicopedagogia, na instituição, poderia realizar uma leitura adequada e competente dos elementos disponíveis, aprimorando a assistência aos sujeitos institucionalizados.

Hora do Jogo

Segundo Paín (1985, p. 50), a “Hora do Jogo” é uma atividade lúdica que inclui três aspectos da função semiótica e que, de acordo com o ponto de vista do desenvolvimento, inicia-se em torno dos dois anos de idade (jogo, imitação e linguagem). O jogo, além de sua característica lúdica, ainda inclui habilidades de imitação e linguagem. Para Paín (1985, p. 50), “através do jogo a criança combina propriedades numa alquimia peculiar na qual o impossível pode ser experimentado”.

Sobre a “Caixa de Trabalho”, Visca (2010) ressalta que essa caixa de trabalho é única. Assim como não existem diagnósticos iguais, não existem caixas de trabalho iguais. Deve-se ter consideração genética e dinâmica, de acordo com os déficits de aprendizagem, sexo, idade, meio sócio cultural, prognóstico e grau de focalização da tarefa. Nesse sentido, ao selecionar os itens para a caixa de trabalho é interessante relacioná-los ao grau de sensibilidade e operatividade do sujeito, visto que “os diferentes níveis de construção cognitiva constituem um parâmetro em função do qual se selecionam materiais da caixa de trabalho” (VISCA, 2010, p. 43).

Alicia Fernandez elucida que “o saber se constrói fazendo próprio o conhecimento do outro, e a operação de fazer próprio o conhecimento do outro só se pode fazer jogando” (FERNANDEZ, 1985, p. 165). Nesse sentido, a “Hora do Jogo Psicopedagógica” é utilizada para compreensão de alguns processos que podem ter levado à patologia no aprender, visto que o espaço de aprendizagem e o espaço de jogar são concomitantes; ambos os processos têm momentos que permitem analogias, como inventário, organização e integração. A modalidade utilizada no jogo e o tipo como é tratado o objeto refletem sobre a cena de aprendizagem; a prática do brincar desenvolve as significações do aprender (Fernandez, 1985).

Chamat também cita Paín, apontando que, quando acontece o jogo, a atividade predominante é assimilativa, visto que o sujeito deve interagir com o novo objeto,

modificando seus esquemas existentes e “fazê-lo” seu. No âmbito da aprendizagem, o mesmo ocorre: aqueles indivíduos que não conseguem jogar são possivelmente mais acomodativos do que assimilativos, apontando, desta maneira, a dificuldade na aprendizagem (CHAMAT *apud* PAÍN, 2005).

Para essa técnica são utilizados materiais, em sua maioria, não figurativos. Fernandez (1990) sugere a utilização de uma caixa com tampa separável, contendo elementos com as características a seguir: desenho, recorte, manuseio, costura, leitura, escrita, caixas de tamanhos diversos, material para modelar e unir elementos diversos também são possíveis, como cola, fita adesiva, grampeador, furador, dessa maneira, possibilitando o desdobramento se o indivíduo tiver interesse.

A prática da “Hora do Jogo” se dá em três momentos nos quais, inicialmente, se identifica o inventário, verificando como e qual classificação a criança faz, como ocorre a manipulação dos objetos e como se relaciona com seu funcionamento. Seguindo, é verificado como o indivíduo se dedica à postulação do jogo, qual a construção ele realiza, se planeja as ações ou não. Nesse momento, o material deixa de ser utilizado em si e se forma parte de uma organização simbólica, onde se realiza ensaios por parte do indivíduo, dirigindo ações, papel de personagens, aceitando e descartando significantes e episódios. Num terceiro e último momento, é verificada a aprendizagem propriamente dita, integrando a experiência atual com o conhecimento. Esta integração é realizada de forma simultânea, de duas maneiras: por resumo ou esquematização do jogo e pela vinculação desse esquema com os anteriores, dessa maneira, apontando uma assimilação coordenadora (PAÍN, 1985).

A aplicação desta técnica em abrigos para crianças e adolescentes se mostra de muita valia, pois é possível identificar a problemática de cada sujeito. Paín (1985) evidencia que é importante perceber até que ponto a criança toma o objeto como tal, o torna diferente e o relaciona com os outros que também estão à sua disposição, e em que medida aceita as leis do objeto e as aproveita para desenvolver suas próprias regras.

Esta prática, quando aplicada em abrigos, num público tão singular, auxilia o(a) profissional que está realizando a avaliação a buscar alternativas de práticas psicopedagógicas. Utilizando materiais simples, baratos e acessíveis, é possível realizar esta prática para traduzir aquilo que a criança ou adolescente não verbaliza. Hoje, na maioria dos

abrigos, por não se dispor do(a) profissional de Psicopedagogia, não há aproveitamento dessa técnica – mesmo que seja uma das mais efetivas e acessíveis. Isso acontece somente quando, por motivos acadêmicos e de forma voluntária, estagiários(as) são convidados e executarem suas práticas.

Provas Projetivas

Uma maneira de investigar o desenvolvimento emocional, de acordo com Pasian (2000), é através do estudo da autoimagem ou imagem corporal do sujeito. Nesse sentido, ele faria uma representação psíquica única daquele sujeito sobre si mesmo, e não somente uma percepção dos caracteres do ser humano genérico.

O processo simbólico pode ser observado a partir de projeções, apontado no discurso, na atuação dramática, no material gráfico elaborado, na expressão corporal, entre outros (FERNANDEZ, 1990, p. 219). A mesma autora segue informando que a projeção também possui um aspecto de cognição.

Para Paín (1985) as provas projetivas buscam desvendar quais são as partes do sujeito depositadas nos objetos que aparecem como suportes da identificação e quais são os mecanismos atuantes diante de uma instrução que exige do sujeito a representar-se em situações estereotipadas e com grande carga emocional.

Sobre as Provas Projetivas, Fernandez (1990) elucida que mesmo que as técnicas que utilizamos muitas vezes tenham sido desenhadas com objetivos diferentes dos nossos - *objetivos psicopedagógicos*, e inclusive, de fundamentos teóricos não compartilhados por nós - é possível a partir de um uso mais heterodoxo e interpretação direcionada à nossa modalidade, trazer-nos de maneira rápida, informações sobre a articulação entre a elaboração objetivante e subjetivante.

Já Paín (1985) menciona que, atribuindo ao exame das provas projetivas a avaliação da capacidade do pensamento de construção, no relato ou no desenho, a imagem aponta a uma organização suficientemente coerente e harmoniosa para transportar e elaborar a emoção; também pode oportunizar a avaliação da deterioração que se produz no pensamento quando o quantum emotivo se mostra excessivo.

Diante desta técnica, o(a) psicopedagogo(a) se vê diante de uma riquíssima fonte de informações sobre o sujeito em questão, no caso de crianças e adolescentes institucionalizados. Ao analisar as produções, ocupamo-nos em vislumbrar como os recursos cognitivos tornam possíveis a organização da projeção, a expressão da dramática daquele indivíduo e como ele transmite suas angústias. Também, observamos qual a leitura da realidade que aquele indivíduo faz (FERNANDEZ, 1990, p. 220).

As provas projetivas são especialmente úteis na avaliação de crianças, em virtude de apresentar um diálogo ou correspondência particular entre a natureza destas provas e as características de desenvolvimento das mesmas (Chandler, 2003). A presença do(a) profissional de Psicopedagogia pode contribuir significativamente no aspecto de observação quanto às crianças e adolescentes abrigados, e posterior interpretação / diagnóstico e intervenção psicopedagógica.

Devolução

Fernandez descreve essa etapa como: “devolução: entrega diagnóstica ou recuperação do prazer esquecido de aprender a viver” (FERNANDEZ, 1990, p. 229). E, em casos de crianças e adolescentes abrigados, ela é bastante subjetiva, visto que os sujeitos envolvidos podem permanecer na casa por tempo indeterminado como também, podem ser desabrigados a qualquer momento ou até mesmo pode ocorrer uma evasão repentina.

Paín (1985, p. 72) considera que o tratamento começa desde a primeira entrevista diagnóstica, visto que o enfrentamento do sujeito com sua própria realidade (realidade esta com a qual provavelmente nunca precisou se defrontar) o obriga a uma série de reflexões, avanços e retrocessos que envolvem sentimentos contraditórios. No próprio percurso das provas projetivas o indivíduo é convidado a ver e rever a si mesmo em seu cenário atual, com seus movimentos, qualidades e defeitos, com o relevo que a sua própria perspectiva confere à imagem. Paín continua mencionando que “a tarefa psicopedagógica começa justamente aqui, na medida em que se trata de ensinar o diagnóstico, no sentido de tomar consciência da situação e providenciar sua transformação” (PAIN, 1985, p. 72).

O diagnóstico inicia-se no momento da consulta inicial (dos pais ou do paciente) e finaliza no momento da devolução dos resultados, de acordo com Visca (2010). Entre este período, podem ocorrer diferentes práticas, correspondentes a distintos esquemas teóricos.

Fernandez (1990, p. 229) sugere que a forma de pôr em prática a intervenção será decidida pela equipe, de acordo com a situação familiar que se caracteriza. Nesse sentido, a prática desta devolução em abrigos, deve ser adotada com a Direção da respectiva instituição, de acordo com o desfecho do determinado atendimento. Por exemplo, se a criança ou adolescente estiver saindo do abrigo, retornando para o núcleo familiar ou para uma nova família, a devolução deve ser direcionada para os responsáveis legais. Se a respectiva devolução ocorrer de forma interna, o(a) psicopedagogo(a) deve realizar a ação diretamente com o responsável, diretor(a) do abrigo.

É importante que, independentemente de quem irá receber a devolução, que ela seja estruturada com ações voltadas para a intervenção psicopedagógica. Como Fernandez (1990) aponta, é o momento de promover um espaço que possibilite fundamentalmente não o pedido de que se relate o problema do paciente, mas sim uma oportunidade, um tempo, um local, para sentir e pensar. Todo encontro é uma devolução, ainda que identifiquemos um momento particular no qual vamos focar nossa intervenção e sintetizar indicações. Essas observações de Fernandez se mostram extremamente eficientes em casas abrigo, visto que ao certo não se sabe se aquele paciente se manterá na instituição entre um encontro e outro.

No contexto de abrigos, a criança e adolescente tem a necessidade da escuta, da troca. Nesse sentido, a devolução psicopedagógica pode ser repassada diretamente para o indivíduo, ao término do atendimento. Esta prática pode oportunizar para ele um momento singular, de acolhimento e de reflexão, situação rara, de modo geral, em abrigos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de institucionalização é um momento de transformação, de mudanças e de fortes emoções para aquele que o vivencia. Com frequência, no decorrer

deste processo os sujeitos desenvolvem problemas com sua organização cognitiva. Associado a isso, temos ainda a problemática dos vínculos familiares fragilizados ou inexistentes que além de afetar o campo cognitivo, impacta na construção da identidade e subjetividade da criança e do adolescente.

As diferentes demandas dos sujeitos em situação de risco que se identificam nos abrigos podem ser absorvidas por atendimentos psicopedagógicos, embora haja grandes desafios e limitações. É possível utilizar técnicas psicopedagógicas eficientes para crianças e adolescentes institucionalizados, porém, naquelas que dizem respeito a histórico e entrevistas diretas com a família, a prática é praticamente nula. Com a adaptação das técnicas psicopedagógicas específicas, oferecidas pela literatura atualmente, é possível auferir informações importantes para a elucidação do atendimento. A prática psicopedagógica, portanto, deve estar voltada para a tentativa de retomada e/ou fortalecimento de vínculos, de compreensão, de acolhimento e de reconhecimento do sujeito e sua potencialidade.

A exposição de crianças a situações adversas compromete seu desenvolvimento escolar (SANTOS; GRAMINHA, 2005). Já a retirada das crianças e adolescentes de suas famílias primárias e, subsequente, institucionalização as afastam da situação anterior de negligência. No entanto, é preciso que façamos a pergunta: será que esses procedimentos garantem qualidade de vida para os menores?

Para que os abrigos possam ser lugares de potencialização dos sujeitos, é necessário que seja proporcionado um ambiente de desenvolvimento e superação dos prejuízos tanto afetivos quanto intelectuais. Visando esta demanda, as instituições de abrigo precisam estar configuradas em pequenas unidades, com poucos integrantes, buscando realizar um atendimento personalizado, estimulando a participação em atividades na comunidade onde a estrutura física está localizada, e sempre preservando o grupo de irmãos, entre outros aspectos (SIQUEIRA, 2006). Para a maioria das crianças institucionalizadas, suas famílias não são “tão ruins assim” e elas pretendem retornar para o mesmo grupo familiar. Cabe ao (a) profissional de psicopedagogia colaborar no sentido de melhorar as oportunidades, as condições e, até mesmo, a dignidade do sujeito atendido dentro do ambiente institucional. Também nos cabe, juntamente a outros profissionais da

instituição de abrigagem, promover momentos agradáveis, em que os indivíduos se sintam à vontade para expressar suas carências, medos e ansiedades em relação à essa mudança em sua vida. Será a partir, portanto, da escuta e do uso de diversas técnicas contextualizadas e adaptadas à realidade que a psicopedagogia encontrará seu papel no sentido de auxiliar na reconstrução do eu do sujeito atendido e nas suas expectativas quanto a um melhor futuro.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. **Estudo sobre a escrita em crianças e adolescentes abrigados**. *Rev. psicopedag.* [online]. 2011, vol.28, n.87, pp. 219-225.
- AYRES, L.; COUTINHO, A. P.; SÁ, D.; ALBERNAZ, T. **Abrigo e abrigados: construções e desconstruções de um estigma**. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Ano 10. N. 02, P. 420-433. UERJ, RS, 2010. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/pdf/v10n2a09.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- BENELLI, S. J. Apontamentos sobre as práticas psicológicas desenvolvidas nas entidades assistenciais que atendem a crianças e adolescentes pobres. **Rev. Psicol. UNESP**, Assis, v. 12, n. 2, p. 1-30, dez. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442013000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 set. 2016.
- BOSSA, N. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre: Artes Médicas; 1994.
- CHAMAT, L. **Técnicas de diagnóstico: o diagnóstico clínico na abordagem interacionista**. São Paulo : Vetor, 2004.
- CHANDLER, L. **The projective hypothesis and the development of projective techniques for children**. In C. Reynolds & R. Kamphaus (Eds.), *Handbook of psychological and educational assessment of children* (pp. 51-65). New York: Guilford, 2003.
- CONANDA. **Manual de Orientações dos Abrigos para Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2008.
- FEDERAL, G. O. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária**: Brasília, 2008.
- FERNANDEZ, A. **Psicopedagogia em psicodrama: Morando no brincar**. 3º edição - Petrópolis: Vozes, 2001

FERNANDEZ, A. ***A inteligência aprisionada***. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MINISTÉRIO da Justiça. ***Estatuto da Criança e do Adolescente***.

Lei 8069 de 13 de Julho de 1990. São Paulo (SP): Forja; 1991.

PAÍN, S. ***Diagnóstico e tratamento de problemas de aprendizagem***. Porto Alegre, Artes Médicas, 1985.

PASIAN, S; JACQUEMIN, A. **O Auto retrato em crianças institucionalizadas**. *Revista Pandeia*, FFCLRP-USP, Rib. Preto, dezembro de 1999 – p.50-60

PORTO, O. ***Psicopedagogia institucional: teoria, prática e assessoramento psicopedagógico***. 3ª edição – Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009.

SANTOS, P; GRAMINHA, S. **Estudo comparativo das características do ambiente familiar de crianças com alto e baixo rendimento acadêmico**. *Paidéia*. 2005;15(31):217-26.

SIQUEIRA, A; DELL'AGLIO, D. **O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura**. *Psicol Soc*. 2006;18(1):71-80.

VISCA, J. ***Psicopedagogia: novas contribuições***. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

VISCA, J. ***Clínica Psicopedagógica: Epistemologia Convergente***. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2010. 160p.

RECEBIDO EM 1º DE ABRIL DE 2015.

APROVADO EM 19 DE SETEMBRO DE 2016.